

Os diferentes níveis de coerência entre planos individuais nos escritos de Lachmann^a

The Different Levels of Coherence among Individual Plans in Lachmann's Writings

Paulo Hora de Andrade III^b 

Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Curitiba (PR), Brasil

Resumo: O presente ensaio apresenta e explica os quatro níveis de coerência entre planos individuais (equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem) que Ludwig Lachmann utiliza, de forma não sistematizada, em seus escritos sobre as forças de ajuste e mudança no sistema econômico. Para esse fim, compara-se a abordagem do autor em seus primeiros escritos sobre a teoria do capital com a maneira com que desenvolveu seus escritos mais maduros sobre instituições. Defende-se que seu antigo incômodo com a suposição de tendência ao equilíbrio na presença de expectativas divergentes pautou seu progressivo afastamento em relação ao corpo principal da Escola Austríaca nesse assunto, em particular.

Palavras-chave: Lachmann. Equilíbrio. Instituições.

Abstract: This essay presents and explains the four levels of coherence among individual plans (individual equilibrium, interindividual equilibrium, coordination, and order) that Ludwig Lachmann uses, in a non-systematized way, in his writings on the forces of adjustment and change in the economic system. To this end, the author's approach in his early writings on capital theory is compared with the way he developed his more mature writings on institutions. It is argued that his earlier discomfort with the assumption of a tendency towards equilibrium in the presence of divergent expectations guided his progressive departure from the main body of the Austrian School in this regard.

Keywords: Lachmann. Equilibrium. Institutions.

JEL: B25. B31. B5.

^a Editor responsável: Victor Cruz e Silva

Submissão: 30/09/2023 | Aprovação: 12/03/2025 | DOI: 10.5380/re.v46i88.92850

^b paulo_terceiro@hotmail.com



1. Introdução

Ludwig Maurits Lachmann (1906-1990) foi um economista alemão identificado com a Escola Austríaca e que se notabilizou por estimular debates internos àquela tradição sobre metodologia da ciência econômica e questões mais específicas, como a existência de uma tendência ao equilíbrio entre planos individuais no sistema econômico, a qual ele defendeu, na parte final de sua carreira, não existir.

O presente artigo visa apresentar, explicar, mostrar a pertinência e sistematizar os quatro níveis teóricos de coerência entre planos individuais (equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem) que Lachmann utiliza em seus escritos sobre as forças de ajuste e mudança no sistema econômico. Para isso, além da presente introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em três seções, delimitadas tanto por um critério lógico quanto por um temporal.

A primeira seção, focada em escritos publicados entre as décadas de 1930 e 1950, é dedicada à identificação da suposição de tendência à complementaridade completa entre os bens de capital como a forma como Lachmann entendia até então o conceito de “equilíbrio” na teoria econômica.

Por um lado, ele percebia que a complexidade da “estrutura” do capital, caracterizada pela interação entre relações de complementaridade e substitutibilidade entre seus elementos, dificultava a suposição de que o sistema se dirige sistematicamente a um estado de perfeita coerência entre os planos de produção.

Por outro lado, recorrendo ao caráter informativo do sistema de lucros e perdas e seus efeitos sobre os planos de produção frustrados, Lachmann pôde manter sua posição de que o ajuste sistemático entre planos faz com que o sistema se dirija a uma estrutura “integrada”.

Reconhecendo a especulação feita pelos agentes responsáveis pelo emprego dos bens de capital, Lachmann recorreu, em 1956, à existência de instituições “criadas” pela economia de mercado para justificar a predominância do referido ajuste em relação às forças de mudança, isto é, a tendência ao equilíbrio.

No entanto, conforme explicado na seção seguinte, essa primeira referência às instituições direcionou o interesse de Lachmann a uma discussão mais ampla

sobre o efeito destas sobre os planos individuais, sem precisar supor que tal efeito seja sempre favorável aos ajustes coerentes entre os planos.

Assim, a partir da década de 1960, a investigação do autor sobre as interações entre diferentes tipos de instituições abriu espaço para a identificação da existência simultânea e não contraditória entre forças de mudança e de ajuste no funcionamento do sistema econômico, iniciando sua teoria institucional, posteriormente consolidada no livro “*The Legacy of Max Weber*”, publicado em 1971.

Na seção seguinte, observa-se, nos escritos de Lachmann a partir da década de 1960, isto é, em sua teoria institucional, a presença de quatro níveis de análise de coerência entre planos individuais (equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem). No caso, principalmente a distinção entre o segundo e o terceiro níveis mencionados é identificada como a fonte da discordância por parte de Lachmann ao conceito de equilíbrio até então consensual dentro da tradição Austríaca.

Assim, o presente artigo é dedicado à análise do modo como esses quatro níveis aparecem de forma não sistematizada ao longo dos escritos de Lachmann. Em especial, como o nível da “coordenação” só ficaria claro após a publicação dos trabalhos do autor sobre as instituições, nas décadas de 1960 e 1970, o exame mais atento a tais trabalhos do autor possibilita esclarecer esse aspecto distintivo da explicação de Lachmann sobre as forças de ajuste e mudança em relação à suposição de tendência ao equilíbrio.

2. Teoria do Capital: o embate entre expectativas divergentes e a tendência ao equilíbrio

Na teoria do capital, tópico de mais destaque no início de sua carreira acadêmica, entre as décadas de 1930 e 1950, Lachmann já questionava a maneira como os teóricos do passado e da época negligenciavam as implicações das expectativas divergentes entre os agentes econômicos quanto ao emprego mais lucrativo de cada bem de capital.

No entanto, nos trabalhos correspondentes a esse período, a tendência para um estado de equilíbrio interindividual, em que todos os planos de produção são completos da maneira planejada, era entendida como a consequência natural do sistema de lucros e perdas, ainda que Lachmann manifestasse um interesse especial

nas explicações para a não efetivação dessa tendência. Mais especificamente, em 1956, no livro “*Capital and its Structure*”, Lachmann passou a explorar mais claramente essa ambiguidade, mas sem conseguir resolvê-la.

Por um lado, Lachmann afirmava existir uma tendência à complementaridade completa de toda a estrutura formada por bens de capital heterogêneos entre si, isto é, a um estado em que os serviços de cada bem de capital empregado cooperam com os de todos os outros, de modo a não haver possibilidade de mudança lucrativa no emprego de nenhum deles, o que chamaria também de estrutura “integrada”.

Por outro lado, Lachmann passou a identificar a possibilidade de a interação entre as ações dos responsáveis pelo emprego de tais bens de capital, isto é, os empresários, causar, na visão deles mesmos, novas possibilidades de emprego alternativo de bens de capital, interrompendo a continuidade da referida tendência.

Em um de seus primeiros trabalhos publicados, antes ainda dos seus escritos sobre o capital, Lachmann (1937) lamenta o “veneno da indeterminação” (p. 33) que a análise da transição de um estado de equilíbrio para outro enfrenta diante do fato de que diferentes indivíduos reagem de maneiras diferentes ao mesmo evento. Mesmo assim, Lachmann assume que uma tendência para o equilíbrio no mundo real pode ser vista no fato de que “até os mercados nos quais as expectativas desempenham o maior papel”, como os intertemporais, “não oferecem a aparência de caos” (Lachmann, 1937, p. 34).

Nesse início de carreira, o autor não parecia disposto a abandonar o conceito de equilíbrio, mas já se mostrava ciente dos problemas que a consideração das expectativas causava para tal paradigma. Nos anos seguintes, Lachmann passou a desenvolver uma série de artigos dedicados à teoria do capital, no âmbito da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE).

De forma resumida, a TACE associa a recorrência de fases de alta e baixa na economia à constante redução da taxa de juros em razão do aumento da oferta monetária, inevitável na organização bancária de moeda-crédito, o que tornaria lucrativo o investimento em bens de capital específicos para estágios de produção mais afastados do consumo, em momentos em que a real preferência temporal dos agentes econômicos, na condição de consumidores, demanda investimento em

bens de capital apropriados para os estágios de produção mais próximos do consumo¹.

No entendimento de Egger (1986, p. 56), Lachmann, desde a década de 1930, “era e é muito mais um apoiador” do que “um crítico” da TACE, já que a ênfase desta na heterogeneidade do capital era “a característica que a tornava atraente” para o autor. De acordo com Egger (1986, p. 57), o que explica o ceticismo de Lachmann sobre a validade daquela teoria em certas ocasiões são as hipóteses sobre como os agentes formam expectativas, o que teria feito com que este defendesse que “a teoria Austríaca não era voltada a, nem adequada para, explicar todas as flutuações”.

If Lachmann wholeheartedly endorses the business-cycle theory's emphasis on heterogeneous capital, with its implications of complementary and substitutability in the context of subjectively formulated plans, he was less than enthusiastic about the credit market story of causality, as his notes on expectations suggest. He has expressed some interest in a story of economic fluctuations which incorporate his perceptive theory of capital but omit the rather questionable chapter on monetary causality. (...) Technical progress often involves changes in knowledge, rather than capital deepening with already-known techniques. Certainly either type of progress calls for capital regrouping in which patterns of complementarity are different, but when there is a change in the knowledge of technique one hardly has any a priori warrant for judging that the patterns of plan or structural complementarity must necessarily be more complex (Egger, 1986, p. 67).

Desse modo, é possível concluir que o que Egger (1986, p. 56) chama de “crítica simpática” de Lachmann à TACE deve sua parte “simpática” largamente à consideração da heterogeneidade dos bens de capital no momento em que o *boom* se encerra, pois é esta que dificulta o reajuste nos empregos dos bens de capital em diferentes estágios, enquanto a parte “crítica” é referente ao que ocorre após a liquidação dos maus investimentos realizados durante o *boom*.

Tal crítica, por sua vez, é uma situação prematura em que Lachmann manifesta ceticismo quanto à capacidade de as forças de mercado, presentes sobretudo no sistema de lucros e perdas que remunera os empresários responsáveis

¹ Ver Hayek ([1931] 1967, capítulo III). Nesse livro, publicado em 1931, Hayek discute extensamente o que viria a ficar conhecido como a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (ABCT).

pelo emprego bem-sucedido dos bens de capital à sua disposição, dirigir o sistema econômico em direção a um estado em que todos os bens de capital estão empregados da forma prevista no início de cada plano de produção, isto é, um estado de equilíbrio.

Como o estado descrito acima pressupõe a não rivalidade entre planos de produção, Lachmann descreve, em 1947, as implicações dos conceitos de “complementaridade” e “substitutibilidade” entre bens de capital. De acordo com Lachmann (1947, p. 110), a complementaridade significa que os bens de capital são considerados “meios empregados para um mesmo fim ou grupo de fins consistentes”, ou seja, pressupõe a realização dos planos conforme inicialmente concebidos, enquanto a substitutibilidade é a “facilidade com que um fator pode ser transformado em um elemento do plano existente”, ou seja, pressupõe a mudança.

De acordo com Lachmann (1947), os casos de interesse do mundo real são os em que, de acordo com mudanças que se refletem nos planos dos agentes, bens de capital complementares são transformados em substitutos ou vice-versa, de modo que o equilíbrio do sistema como um todo, no qual é possível falar em “estrutura”, só seria verificável caso houvesse uma complementaridade completa entre todos os bens de capital.

Naturalmente, ao considerar que tal possibilidade é improvável no mundo real, Lachmann (1947) busca explicar como mudanças imprevistas funcionam como constantes fatores de desequilíbrio no sistema como um todo e como a consequente substituição de alguns bens de capital implica a necessidade de sucessivos ajustes nas combinações entre os demais. Portanto, conclui Lachmann (1947, p. 112), a substituição de fatores “destrói um conjunto de relações de complementaridade” e cria outro.

Ainda no âmbito dos problemas para a efetivação da complementaridade completa, destaca-se a explicação de Lachmann (1948) sobre o efeito da existência de bens de capital que não servem mais ao propósito originalmente atribuído a eles, mas ainda podem ser empregados de forma lucrativa em alguma combinação, os “*bygones*” (p. 131), como elemento propiciador de incoerência entre planos.

To sum up, then, all new investment entails some change in the mode of use of existing capital. There can be no such change without some revision of plans. Investment decisions always

entail such changes, and can therefore profitably anticipate them. This fact a theory of investment must not ignore (Lachmann, 1948, p. 131).

Nesses argumentos, observa-se que o reconhecimento da heterogeneidade entre os bens de capital possibilitou ao autor reconhecer o caráter indeterminado do processo que determina a sequência de decisões de investimento, que envolvem a maneira específica com que cada elemento deve ser empregado, sendo capazes de alterar as próprias condições até então consideradas para o emprego dos bens de capital mais apropriados.

Como observa Lavoie (1994), esses temas abordados por Lachmann já haviam sido anteriormente explorados por Hayek, com a diferença que, inicialmente, este não estava interessado em analisar a possibilidade de a frustração inicial dos planos que envolviam o emprego de certos bens de capital desencadear um processo em que muitos outros planos passam a ter que considerar a existência desses “fósseis” e de suas relações de complementaridade ou substitutibilidade em relação aos bens de capital atualmente empregados ou que estavam previstos para ser empregados, gerando uma série de revisões de expectativas futuras sobre a produção.

Lachmann was primarily elaborating themes concerning the time structure of capital which Hayek had developed, with the difference that Lachmann was insisting on the distinctiveness of the secondary depression. (...) Once one takes the proposition that capital is heterogeneous seriously, it becomes clear that, contrary to the assumption of Keynesian models, an increase in investment does not necessarily reduce the value of existing capital. Investment goods need to be studied in regard to whether they stand in a complementary or a substitutive relationship to the existing capital structure. Lachmann argues that in fact the main function of the entrepreneur involves the invention not of whole new production plans, but of new uses of capital goods that are ‘discarded from plans that had to be revised’ (1948: 704), which he was to later call ‘fossils of old plans’ (Lavoie, 1994, p. 11-13).

Com um conflito entre seu interesse nas forças de mudança com a sua ainda existente crença na preponderância das forças de ajuste, Lachmann chegou à consolidação da sua teoria do capital no livro “*Capital and its Structure*”, publicado em 1956. Nessa obra, Lachmann ([1956] 1978) deixa claro que a

estrutura do capital não existe no sentido estático de uma “composição constante de combinação entre bens de capital” (p. 57-58), mas reconhece que as relações de complementaridade identificadas nesses planos são o elemento que “reduz o caos à ordem” (p. 59).

Dessa forma, a “estrutura” significa a existência de uma coerência no sistema, ainda que não haja complementaridade completa, isto é, ocorram constantes fracassos e revisões de planos. Ao falar sobre “sucesso” e “fracasso” dos planos envolvendo combinações entre bens de capital, Lachmann ([1956] 1978) estabelece lucros e prejuízos monetários, que implicam ganhos ou perdas de capital, como os indicadores apropriados, de modo que tal correspondência logicamente implicaria uma tendência à complementaridade completa.

De fato, como observa Barbieri (2021a), a teoria do capital desenvolvida por Lachmann até o livro de 1956 define a primeira fase de sua carreira, em que o autor ainda partia da hipótese de que as forças de equilíbrio predominam no sistema econômico. Para Barbieri (2021a), nessa fase “Lachmann I”, são descritos os processos de aprendizado dos agentes que fazem com que seu conhecimento se aproxime, por meio de tentativa e erro, dos fundamentos reais da economia, o que promove a compatibilidade entre os elementos da estrutura de capital, ainda que tal ajuste possa ser prejudicado pelo atraso nessa transmissão de informações.

Ao detalhar a fonte dessas falhas de transmissão de informação, Lachmann ([1956] 1978, p. 22) explica que os “especuladores”, que não meramente se ajustam às mudanças observadas, mas também buscam se antecipar a elas, acabam por induzir outros indivíduos a agir de modo diferente do que o fariam caso não houvesse nenhuma tentativa de antecipação por parte dos primeiros, criando uma cadeia de inconsistências entre planos que envolvem o emprego de bens de capital, que são repositórios de conhecimento e expectativas passados.

Assim, os problemas para o pleno funcionamento do sistema de lucros e perdas são identificados na própria fonte da existência deste, isto é, na atividade empresarial de empregar bens de capital de acordo com uma situação futura imaginada a partir de uma especulação, que, por definição, não é determinada por dados presentes. Portanto, as inconsistências são produzidas pelo mesmo sistema que supostamente as elimina.

It is evident that only a morphological theory can be expected to cope with such problems. Whether in reality an integrated capital structure, in the sense that every capital good has a function, can exist in a world of unexpected change remains to be seen. But we may say that the desire to maximize profits on existing capital goods and the obvious futility of maintaining those that cannot, either now or in the foreseeable future, be fitted into the existing structure, warrant the belief that economic action will at each moment tend in the direction of such an integrated structure, even though this may never be completed (Lachmann, [1956] 1978, p. 9).

Como síntese dessa oposição entre mudança e ajuste, Lachmann ([1956] 1978, p. 25) argumenta que a economia de mercado “tende a desenvolver instituições que atenuam a inconsistência interpessoal e intertemporal”, sendo a adaptação do capital “mal investido” a outros usos a “contrapartida física” de tal inconsistência. A importância desse *insight* será discutida na seção seguinte, com a apresentação dos escritos do autor sobre instituições econômicas, publicados a partir da década de 1960.

Aqui, basta entender o argumento de que as instituições “criadas” pela economia de mercado protegem as forças “integradoras” das “desintegradoras” (Lachmann, ([1956] 1978, p. 67), de modo que o critério de sucesso para a avaliação do funcionamento desse tipo de economia parece estar na medida em que ele garante a prevalência das primeiras sobre as últimas. De fato, Lachmann usa o exemplo da Bolsa de Valores para defender que as instituições do mercado tendem a tornar expectativas mais “consistentes” entre si (Lachmann, ([1956] 1978, p. 71).

No caso, a referida “consistência” pode ser considerada como um termo mais abrangente, referente à manutenção de uma estrutura, mesmo sem a efetivação de uma complementaridade completa entre seus elementos. Assim, a Bolsa de Valores funcionaria como um ponto de referência comum para os planos de produção, mesmo que o sucesso de um dependa do fracasso de outro, inviabilizando uma tendência à complementaridade completa.

No entanto, como a rejeição explícita de que tal tendência exista não é manifesta no livro, pode-se dizer que, a esta altura, o conflito entre o caráter endógeno das forças que promovem a inconsistência na estrutura de capital de todo o sistema econômico e a descrição do processo de mercado em termos de forças

que promovem a coerência do sistema ainda não estava resolvido nos escritos de Lachmann. Foi só a partir da década de 1960, com seus escritos sobre instituições, os quais possibilitam a visualização de quatro diferentes níveis de coerência entre planos individuais, que esse problema começou a ser resolvido.

3. A teoria institucional de Lachmann

A Apesar de não ter dedicado tantos trabalhos ao tema quanto o fez na teoria do capital, é possível identificar uma teoria institucional de Lachmann a partir de dois artigos da década de 1960 e no livro “*The Legacy of Max Weber*”, publicado em 1971. Nesse livro, Lachmann diz estar apenas reinterpretação as ideias originais de Max Weber, em vez de estar desenvolvendo ideias novas de sua própria autoria².

Para Vaughn (1992), no entanto, o livro em questão pode ser considerado como o esforço de Lachmann em sintetizar sua própria teoria sobre as instituições importantes para explicar o funcionamento do sistema econômico, aproveitando alguns escritos de Max Weber sobre o tema³. De fato, aquele livro representa uma exposição mais bem organizada de alguns *insights* que o próprio Lachmann já havia desenvolvido no início da década de 1960, sem referências a Max Weber.

Apesar de ter começado a falar sobre o tema em 1956, no “*Capital and its Structure*”, foi só em um artigo de 1962, correspondente à transcrição de seu discurso na *Annual General Meeting of the Economic Society of South Africa*, que Lachmann estendeu a discussão sobre o papel das instituições para além do âmbito da teoria do capital. Para esse fim, Lachmann (1962) distingue três tipos de instituições: externas, internas e mistas.

De acordo com Lachmann (1962), as externas correspondem à estrutura necessária para a formação de uma economia de mercado, as internas são criadas e modificadas pelo mercado de acordo com as necessidades deste, sem afetar as instituições externas, enquanto as mistas operam dentro do mercado, como as internas, mas foram criadas fora dele, como as externas.

Usando-se aqui o mesmo exemplo a que Lachmann recorre no artigo em questão, a propriedade privada é uma instituição externa à economia de mercado,

² Ver Lachmann (1971a, p. ix).

³ Ver Vaughn (1992, p. 266).

pois a própria existência desta não pode prescindir da presença daquela. Uma instituição interna pode ser identificada nas relações de trabalho, visto que os indivíduos só oferecem seus serviços laborais para outros em troca de um pagamento porque reconhecem que o fruto de tais esforços pertencem a estes. Caso não houvesse esse reconhecimento, corolário da instituição da propriedade privada, a instituição de contratos de trabalho não poderia existir.

Já a instituição mista, a que mais chama a atenção de Lachmann nesse artigo, é exemplificada na legislação que rege os contratos de trabalho. Como foi criada de forma deliberada, tal instituição não é interna, mas, como também não é uma condição para que exista uma economia de mercado, não é externa. Além da legislação formal, Lachmann (1962) dá a entender que costumes ou crenças generalizadas, como a inflexibilidade para baixo dos salários nominais, podem funcionar como instituições mistas.

With us it has become almost an article of faith (the more strongly held for being unwritten) that wage rates may rise but must never fall. Hence prices, except in the case of higher productivity, may rise but must never fall. Industrial prices are no longer fixed in the market by demand and supply. They are fixed by producers and have become "administered prices." The knowledge that these administered prices can and will be adjusted soon after another round of wage increases has been granted by the employers, is ever present in the minds of the wage bargainers. The whole wage and price movement has become a movement in one direction. Wages and prices are flexible upwards but rigid downwards. A price rise, once it has occurred, can practically never be reversed again. I am inclined to regard this as about the most important single economic fact of our world. In addition, the annual demand for a further "round" of wage increases has assumed the character of a social ritual which the economist cannot ignore (Lachmann, 1962, p. 182-183).

Nesse primeiro esboço de sua teoria institucional, quando Lachmann (1962) condiciona a existência de instituições internas às necessidades do mercado, fica claro que ele está se referindo apenas às que são consequências não intencionais da ação humana, ou seja, às que os indivíduos só passam a entender, se é que o fazem, apenas depois de elas existirem.

No entanto, não fica claro, em Lachmann (1962), se uma instituição mista, deliberadamente criada para servir a algum propósito na economia, pode operar sem causar problemas nas internas e externas existentes, visto que o exemplo que

o autor usa para ilustrar seu argumento, o conjunto de instituições mistas ligadas à barganha salarial coletiva, seja a legislação formal ou um “artigo de fé” (p. 182), refere-se a um caso em que, a seu ver, a economia de mercado, definida por certas instituições externas e consolidada a partir das instituições internas que cria, é prejudicada por um “negócio traiçoeiro” (p. 180).

Já no ano seguinte, em um artigo bem semelhante, até mesmo na preocupação com a inflexibilidade para baixo dos salários monetários, Lachmann trata do conceito de “ordem econômica” e sua relação com as instituições. No caso, Lachmann (1963, p. 63) diz que as instituições são “necessárias para coordenar as ações de milhões de pessoas”, servindo como “pontos de referência” ao “objetivar” para os indivíduos “as ações de seus semelhantes, cujos planos, intenções e motivos individuais não podem conhecer”.

Fica aparente nesses trechos a impressão de que, ao se referir ao efeito produzido pela economia de mercado sobre os planos dos agentes, o autor usa o termo “coordenar” em um sentido distinto do de “equilibrar”, que seria um ajuste perfeito entre os planos. Observa-se, então, que, nos dois artigos, Lachmann tem a intenção de considerar o contexto mais amplo em que ocorrem as ações provenientes de planos separados na ordem inteligível da “economia de mercado”.

Assim, Lachmann (1963, p. 65) define o problema de se entender a “coerência da ordem econômica” como consistindo em identificar quais instituições são adequadas à economia de mercado e em que condições as “forças inerentes” a tal ordem podem eliminar as inadequadas. A partir disso, de modo semelhante ao artigo anterior, Lachmann (1963) distingue entre instituições necessárias para a existência do mercado (externas) e instituições criadas pelo mercado (internas), que têm “seu surgimento, mudança e declínio” como “sintomas de adaptação” (p. 67).

O problema de maior interesse para Lachmann (1963) é, novamente, o que não se encaixa em nenhum dos dois casos, mas que, desta vez, em vez de “mistas”, ele chama de “neutras” (p. 68). Essa mudança de terminologia pode ser entendida a partir da observação de que, no artigo de 1962, o objetivo era discorrer sobre um tipo específico de instituição, as relacionadas à determinação dos salários por barganhas coletivas, que ele criticou convictamente. Agora, embora cite o mesmo exemplo e com o mesmo tom de reprovação, Lachmann (1963) ressalta que esse

terceiro grupo de instituições pode ser, em outros casos, “de considerável importância para a economia de mercado” (p. 69).

Nesse sentido, de modo distinto à lógica que aplica às instituições internas, Lachmann (1963, p. 67-68) observa que a adequação de uma instituição neutra não pode ser identificada a partir de um “critério claro e inequívoco”, pois pode “atender a uma exigência do mercado, mas não a outra” ou “atender a todas as exigências em um determinado momento, mas, no longo prazo, levar à paralisia das forças de mercado”.

Os argumentos sobre instituições esboçados nesses dois artigos foram reelaborados no livro “*The Legacy of Max Weber*” (Lachmann, 1971a), mas com os termos “externas” e “internas” muitas vezes substituídos, aparentemente sem mudança de sentido, por “fundamentais” e “secundárias”, respectivamente.

No entanto, como Lachmann (1971a) não diz nada sobre a possibilidade de as secundárias serem criadas de forma deliberada, é possível entender que ele passou a buscar uma explicação sobre as mudanças institucionais capazes de alterar um ambiente anteriormente favorável às demais instituições existentes sem precisar distinguir as deliberadamente criadas das que resultam de forma não designada da interação entre planos, isto é, entre instituições internas e neutras (mistas)⁴.

No livro em questão, Lachmann (1971a, p. 13) argumenta que a ordem institucional é durável, enquanto as instituições são, em diferentes graus, flexíveis, de modo que novas instituições, em parte, substituem as existentes e, em parte, “preenchem as lacunas” (p. 51) entre outras instituições na ordem em questão.

Como observam Barbieri (2021b) e Lewin (1994), o argumento acima permite a observação de paralelos entre a teoria institucional e a teoria do capital de Lachmann, já que a ideia de diferentes graus de “flexibilidade” das instituições corresponde à de diferentes graus de “versatilidade”⁵ de bens de capital, enquanto

⁴ Em uma passagem do livro (p. 57), Lachmann menciona a distinção feita por Carl Menger entre instituições “orgânicas” e “pragmáticas”, estranhamente sem notar que esta correspondia à sua própria distinção anterior (1962, 1963a) entre instituições “internas” e “neutras” (ou “mistas”), à qual ele deixou de fazer nesse livro. Na publicação em questão, Lachmann só fala em instituições fundamentais (externas), instituições secundárias (internas) e o “sistema legal”, sendo este último composto por instituições que não são externas nem internas. O interesse maior de Lachmann nesse livro passou a ser a análise das propriedades de flexibilidade e permanência entre instituições e de como umas se relacionam com as outras na ordem institucional, independentemente de terem sido ou não criadas de forma deliberada.

⁵ Ver Lachmann (1947, p. 113).

a complementaridade entre instituições que preenchem as lacunas umas das outras como condição de existência para uma ordem corresponde à complementaridade entre bens de capital como condição para existência de uma estrutura.

As in the theory of capital, the institutional structure must combine both the permanence of its elements and the coherence between them, as well as some flexibility, since the institution-led action plans extend into the future in a constantly changing world. (...) The process of institutional change, faced with the dilemma between permanence/coherence and flexibility, is characterized by a gradual change in order to fulfill its role as guide for action. At the same time, the existence of norms guaranteeing a wide sphere of contractual freedom is necessary for the existence of the process of experimentation, which results in spontaneous institutions that change more frequently. At the same time, there must be a set of few immutable external institutions, complementary to the former, which provide the basis for their development (Barbieri, 2021b, p. 296-297).

It is this compromise of stability and flexibility that is responsible for the dynamism of the market system. Just as there is a "structure" of capital, so there is an institutional structure whose basic order remains even while its individual elements (some designed, most spontaneous) change. Freedom of contract is an important unchanging element of this structure (Lewin, 1994, p. 20).

Além disso, a discussão, bastante presente no mesmo livro, sobre a mudança de função de certas instituições é análoga aos “fósseis” representados por bens de capital duráveis, que acabam sendo empregados em usos diferentes do que aqueles originalmente previstos. De fato, Lachmann (1971a) compara instituições que serviam a certos propósitos no passado a prédios antigos que assumem usos diferentes dos que tinha na época em que foram construídos. A diferença, no caso, é que um bem de capital sempre é o produto de um ato consciente de um empresário, que o insere em seu plano, enquanto a instituição não precisa ser conhecida pelo agente que a utiliza como mapa de orientação para seu plano.

In every society we shall therefore at any moment find institutions belonging to different historical 'strata', some of which were originally devised for purposes very different from those for which they are presently used, and which nevertheless together form a coherent pattern — a pattern which, however, will not last. As the present lay-out of an old town (in which we find buildings erected over many centuries and built in many different styles)

owes no less to the ingenuity of its present users than to the genius of the original architects who had probably designed its buildings for entirely different purposes, so the present pattern of the institutional order owes no less to the ingenuity of present users of these institutions than to that of their originators. Institutions change less as a result of 'changing circumstances' than as a result of human action designed to meet change (Lachmann, 1971a, p. 78-79).

Assim, combinando as forças antagônicas de permanência e flexibilidade, a teoria institucional de Lachmann esboçada nos citados artigos da década de 1960 e mais bem desenvolvida no livro “*The Legacy of Max Weber*”, de 1971, permite a visualização de um todo coerente, chamado de “economia de mercado”, definido por instituições fundamentais (externas), como a propriedade privada, mas que não deixa de sofrer constantes mudanças nos elementos que o compõem, isto é, suas instituições secundárias (internas e neutras). Na seção seguinte, essa combinação é associada aos quatro níveis de coerência entre planos individuais identificáveis, ainda que não explicitamente, nos escritos de Lachmann.

4. Os hipotéticos quatro níveis de coerência entre planos

Nesta seção, argumenta-se que é na teoria institucional de Lachmann que se situa a fonte da proposta do presente ensaio de desenvolver uma diferenciação explícita entre os quatro níveis de coerência entre planos individuais (equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem), entendida aqui como implícita em diferentes publicações do autor.

Para Vaughn ([1994] 1998, p. 155), no livro “*The Legacy of Max Weber*” (Lachmann, 1971a), “a ordem pode ser explicada sem recurso a construções de equilíbrio geral”. Assim, o conceito de “ordem” pode ser entendido como um todo coerente em que não há a necessidade de perfeita compatibilidade entre planos de produção e consumo em todo o sistema econômico. Na leitura de Vaughn, então, Lachmann “aborda o problema (...) que a economia Neoclássica tenta resolver com uma teoria de equilíbrio geral, mas em um diferente nível de organização social” (Lachmann, 1971a, p. 156).

Essa ideia de “diferente nível” será usada na presente seção a partir dos diferentes tipos de instituição que Lachmann enumera em seus artigos da década de 1960 e no mencionado livro de 1971. Nesse período, em algumas

oportunidades, Lachmann mostrou alguma dificuldade em esclarecer por que sua rejeição à análise de equilíbrio não se aplicava à coordenação promovida por instituições como a Bolsa de Valores, a qual ele elogiava por trazer consistência a expectativas diferentes, como ilustram os dois trechos quase consecutivos nas citações a seguir.

In the first place, there is, in a market economy, a Stock Exchange, a market for future yield streams, in which expectations are brought into consistency every day and a price reflecting the balance of such expectations is struck. And since the Stock Exchange is also, in every reasonably developed economy, the central market for existing capital goods, or titles to them, we can say that expectations pertaining to the whole economy are here coordinated without a necessary lag. In fact, if the classical notion of a uniform rate of profit, the corollary of the assumption of capital homogeneity, is to retain any significance at all in the real world, it is only on the Stock Exchange, where a uniform rate of yield is produced every day by the price changes of existing assets, that we can really speak of it (Lachmann, 1966b, p. 246).

Lastly, we should remember that equilibrium analysis, and indeed all formal analysis couched in terms of functional relationships, is neither the beginning nor the end of economic theory. When confronted with a disequilibrium situation, we certainly have to assume that each individual seeks to attain a (flow and stock) equilibrium. But these individual equilibria may not be compatible with one another and therefore be unattainable. Economists will have to learn to live with, and give an intelligible account of, circumstances which have no determinate outcome (Lachmann, 1966b, p. 247).

Assim, nesse estágio, a rejeição convicta de Lachmann era à existência de uma tendência a um estado de equilíbrio no sistema como um todo, mas não necessariamente à ocorrência de tal fenômeno em certos mercados cujas instituições permitissem que as expectativas fossem diariamente “trazidas à consistência”. Em outro artigo publicado no mesmo ano, Lachmann (1966a) vai além do caso específico da Bolsa de Valores, e diz explicitamente que, “em certa medida”, as instituições são capazes de “coordenar planos individuais”.

Economic agents orient themselves to plans. There is no parallel for this in the study of the physical world. But to what facts do the planners orient themselves when making their plans? Partly to natural data, and partly to the actual or expected actions of other

people. But there also are certain superindividual schemes of thought, namely, institutions, to which the schemes of thought of the first order, the plans, must be oriented, and which serve therefore, to some extent, the coordination of individual plans. They constitute, we may say, "interpersonal orientation tables," schemes of thought of the second order. To them praxeology, for which until now the plan and its structure have understandably occupied the foreground of interest, will increasingly have to turn in time to come (Lachmann, 1966a, p. 62).

A questão é se, nesse caso, o termo “coordenação” deve ser entendido como tendência ao equilíbrio interindividual, isto é, como uma aproximação a um estado em que todos os aspectos de todos os planos de produção e consumo sejam compatíveis uns com os outros⁶ e que não haja fatores de produção empregados em um plano que seriam mais produtivos caso estivessem em outro. Optando-se aqui por diferenciar esses dois conceitos, a coordenação passa a ser um nível de coerência em que as recorrentes revisões de expectativas que sustentam tais planos não impedem que estas continuem voltadas ao mesmo ponto de orientação.

Assim, Lachmann (1966a) não usa termo “coordenação” da mesma forma que normalmente se verifica em trabalhos identificados com a posição Austríaca padrão, visto que aquela palavra logo passaria a ser tipicamente usada no contexto da tendência ao equilíbrio interindividual, isto é, na compatibilização de diferentes planos na sociedade, promovida por uma atividade lucrativa.

Portanto, a “coordenação”, nos escritos de Lachmann, representa um nível de coerência diferente, promovido pelas instituições secundárias, na condição de “esquemas de orientação de segunda ordem”, e não o equilíbrio interindividual. Nessa lógica, o mercado não pode ser analisado a partir de uma tendência para o

⁶ Essa primeira possibilidade é facilmente associada à posição de Israel Kirzner. Ver, por exemplo, Kirzner (1963, p. 12) e Kirzner (1973, p. 44). De acordo com Vaughn ([1994] 1998), na década de 1970, houve uma polarização entre os adeptos da tradição Austríaca entre as lideranças de Kirzner e Lachmann. De forma resumida, pode-se dizer que a posição Kirzneriana pressupõe a existência de uma tendência ao equilíbrio interindividual porque se baixa na ideia de um empresário que descobre oportunidades de lucro já existentes, enquanto a de Lachmann nega que tal tendência exista porque considera que o empresário imagina oportunidades de lucro, que não necessariamente trazem mais consistência aos planos dos demais agentes. O conceito de atividade empresarial dentro da teoria do capital de Lachmann ressalta o aspecto subjetivista que sustenta o caráter complexo da estrutura do capital, em que, devido aos efeitos do emprego de um bem de capital sobre a produtividade esperada de todos os outros, as relações de complementaridade e substitutibilidade são recorrentemente revisadas. Em contraste, Kirzner dedicou extensos trabalhos para fundamentar a ideia de que o empresário é um agente que exerce seu “estado de alerta” para “descobrir” oportunidades de lucro já existentes.

equilíbrio entre diferentes planos, pois o próprio processo é fundado na indeterminação das expectativas usadas na formulação destes.

A partir disso, propõe-se aqui que os escritos de Lachmann a partir da década de 1960 sobre coerência de planos individuais em uma economia de mercado sejam entendidos em termos de quatro níveis básicos de análise. Por definição, no primeiro, o individual, a tendência ao equilíbrio ocorre sempre que um agente age racionalmente, isto é, formula um plano que seleciona um meio coerente para atingir ao fim que busca.

A ponte que liga esse primeiro nível ao segundo é o fato de que, a cada momento, cada agente formula seus planos sem conhecer os dos demais agentes. Assim, a caracterização do segundo nível de coerência entre planos, o equilíbrio interindividual, pode ser identificado nas diversas oportunidades, notadamente após a exposição de sua teoria institucional no livro de 1971, em que Lachmann questiona se o conceito de “equilíbrio geral”, isto é, no sistema como um todo, realmente pode ser útil para descrever o processo em que diferentes planos são formulados e revisados.

The notion of general equilibrium is to be abandoned, but that of individual equilibrium is to be retained at all costs. It is simply tantamount to rational action. Without it we should lose our "sense of direction." The market process consists of a sequence of individual interactions, each denoting the encounter (and sometimes collision) of a number of plans, which, while coherent individually and reflecting the individual equilibrium of the actor, are incoherent as a group. The process would not go on otherwise (Lachmann, 1976, p. 131).

Assim, no nível do equilíbrio interindividual, todos os planos de todos os agentes são consistentes entre si, ou seja, a realização de cada um deles não implica a frustração de nenhum dos demais. No caso, Lachmann é bem claro ao defender que não existe sequer uma tendência a esse estado, chegando a declarar a “superioridade” das forças desequilibradoras, sugerindo que a continuidade do processo seria interrompida se as equilibradoras fossem maiores.

If, with Mises, we reject the notion of general equilibrium, but, on the other hand, do not deny the operation of equilibrating forces in markets and between markets, we naturally have to account for those disequilibrating forces which prevent equilibrium from being reached. In other words, to explain the continuous nature of the market process is the same thing as to explain the superior

strength of the forces of disequilibrium. The market process is kept in permanent motion, and equilibrating forces are being checked, by the occurrence of unexpected change and the inconsistency of human plans. (...) Equilibrium in one market may be upset when the repercussions of the equilibrating adjustments in other markets reach it. There is therefore no reason why the effects of such inter-market repercussions must always on balance be equilibrating (Lachmann, 1971b, p. 190-191).

A partir da citação acima, entendendo-se que os próprios ajustes de equilíbrio em um mercado podem perturbar o processo equilibrador de outro mercado, é possível rejeitar qualquer suposição de tendência ao equilíbrio interindividual sem precisar supor que a passagem do tempo, como se fosse algo separado do processo de mercado, tenha “trazido”, por assim dizer, um elemento exógeno de incoerência ao ajuste entre planos. Portanto, nessa visão, é a ausência de sincronia nos ajustes efetuados a partir das interpretações dos sinais de mercado, manifestada com, mas não causada por, a passagem do tempo, a verdadeira fonte das recorrentes frustrações de planos.

Observando-se o ano da mesma citação, é possível localizar esse período entre o final da década de 1960 e início da década de 1970 como o em que Lachmann consolidou sua posição de rejeição convicta à tendência sistemática ao equilíbrio entre planos na economia de mercado. Em 1966, por exemplo, Lachmann, ao admitir que a competição reduz as diferenças entre preços e custos, faz uma associação clara entre forças competitivas e tendência ao equilíbrio do sistema como um todo, apenas manifestando um ceticismo a respeito da possibilidade de que, na maior parte do tempo, tais forças superem as de mudança, como se estas fossem necessariamente exógenas ao processo de mercado.

Without price-cost differences no competition can exist in the sense of activity directed toward increasing one's share of the market. On the other hand, competition constantly diminishes these differences. For formalism this means that "ultimately" prices will everywhere be equal to costs. With regard to the actual market economy such a statement is meaningless; for reaching such a final stage simply means that the process of competition consisting of the two phases has come to a standstill. The continual emergence of new combinations with temporary profit

*possibilities in the first phase alone gives meaning to the leveling process of the second phase*⁷ (Lachmann, 1966a, p. 126).

Uma posição claramente diferente dessa pode ser encontrada 10 anos depois, quando o autor contestou claramente a equivalência entre as distinções entre forças exógenas e endógenas e entre forças de mudança e de equilíbrio. No caso, Lachmann (1976) critica a posição, que ele visualizava em seus próprios colegas identificados com a tradição Austríaca, que associa a continuidade do processo de mercado a mudanças inesperadas, caracterizando as forças que direcionam o sistema a um ponto final de repouso, sem considerar as mudanças no conhecimento associadas ao processo⁸.

What keeps the market process in perpetual motion? Why does it never end, denoting the final state of equilibrium of our system? If Austrian economists answered by saying, "Something unexpected always happens," they would be accused of vagueness and reminded that only perpetual "changes in data" could have this effect. An attempt to show that continuous autonomous changes in demand or supply do account for the permanent character of the market process would involve a drawn-out discussion of the effects of ever-changing patterns of knowledge on the conduct of consumers and producers, a discussion in which Austrian economists would be at a serious disadvantage without prior elucidation of the term knowledge (Lachmann, 1976, p. 127).

No terceiro nível de análise de coerência na economia de mercado, defendido neste trabalho como pertinente ao entendimento dos escritos de Lachmann, está a possibilidade de, entre planos orientados por uma mesma instituição, observar-se uma “coordenação”, termo que, como já explicado anteriormente, passaria a ser usado por outros autores na tradição Austríaca no mesmo sentido de “equilíbrio interindividual”.

⁷ As duas fases citadas nesse trecho são “inovação” e “imitação”, cuja menção consiste em uma aprovação, explicitamente manifesta, por parte de Lachmann à teoria empresarial de Joseph Schumpeter, que consiste na suposição de que a competição promove uma tendência ao equilíbrio geral e que a inovação perturba essa trajetória. Tal conclusão tornar-se-ia incompatível com a ideia de que o próprio ajuste em um mercado pode perturbar o que ocorre em outro.

⁸ Para Barbieri (2021a), essa mudança consolida a transição da fase Lachmann I, em que o autor não rejeita o conceito Austríaco de equilíbrio, para a Lachmann II, na qual ele passa a rejeitar.

Nesse contexto, uma tentativa interessante de desfazer essa ambiguidade foi o conceito chamado por O'Driscoll Junior e Rizzo ([1985] 1996, p. 11)⁹ de “coordenação de padrões”. No caso, ao usarem o qualificador “de padrões”, O'Driscoll, Jr. e Rizzo buscam se diferenciar do sentido de equilíbrio interindividual que esse termo passou a ter na tradição Austríaca e manter a contestação de Lachmann à suposição de tendência a um estado coerente entre todos os aspectos de todos os planos individuais, o que corresponderia ao que se considera aqui o segundo nível de análise de coerência.

Mais especificamente, O'Driscoll Junior e Rizzo ([1985] 1996, p. xxviii) argumentam que “padrões repetidos fazem com que rotinas de resolução de problemas sejam bem-sucedidas mesmo quando seu conteúdo não é previsto”. O que chama a atenção nesses trechos é que, ainda que os autores não mencionem isso, o termo “padrões” parece estar definido de maneira condizente com as instituições “secundárias” (Lachmann, 1971a), isto é, aos pontos de orientação que operam dentro do processo de mercado, mas não são condições para que este exista. De fato, em um exemplo no livro, os autores recorrem a uma universidade como a instituição em questão.

Consider, as an illustration, Professors A and B, who teach in the same department and who plan to discuss their forthcoming jointly authored book. Their plans are coordinated with respect to the typical features of their activities if, for example, each expects the other to be in his office on the day he actually plans to be there. Since neither has decided his position on the book's central concern beforehand, the contents of their discussions can be seen as the unique feature. What they will say depends on the “insights” that will arise only in the course of conversation. These insights are surely time-dependent. The plans of A and B are coordinated, therefore, in the sense that each will come into the office on the proper day and at the proper time, but they are not coordinated in the sense that each has planned what to say to the other. There is an open-endedness to their plans that allows for spontaneity or novelty. This is a pattern coordination (O'Driscoll Junior; Rizzo, [1985] 1996, p. 86).

Além disso, O'Driscoll Junior e Rizzo também observam que as tendências de desequilíbrio interpessoal no sistema não são exógenas, visto que o próprio

⁹ O livro em questão, publicado originalmente em 1985, foi dedicado pelos autores justamente a Lachmann, cujos escritos eles reconheceram como grande inspiração para muitas das ideias propostas no livro.

ajuste produz erros que prejudicam o equilíbrio, reproduzindo com sucesso a rejeição apresentada por Lachmann (1976) à associação entre forças de desequilíbrio e forças exógenas ao mercado, e justificando a própria existência de instituições, que não teriam função caso as forças de equilíbrio fossem as únicas existentes.

Today many, if not all, Austrians accept the importance of disequilibrating tendencies in markets (...). These tendencies are not simply the result of changes in the exogenous data but emanate from the source of equilibrating behavior, that is, the indeterminate or creative response to perceived profit opportunities. (...) The very process of adjustment—or rather attempted adjustment—will produce errors that undermine equilibration. If this were not the case and if only systematic equilibrating tendencies existed, then money and, more generally, market institutions would tend to disappear (...). Since data changes would then be the only reason for the continuance of institutions, we should expect them to be relatively unimportant in stationary or traditional societies. In fact, just the opposite is the case (O’Driscoll Junior; Rizzo, 1996, p. xx).

Também de modo condizente com a interpretação dos argumentos de Lachmann (1962, 1963, 1971a) que se desenvolve no presente trabalho sobre as interações entre diferentes tipos de instituições, O’Driscoll Junior e Rizzo ([1985] 1996, p. 40) questionam a visão, associada a Hayek¹⁰, que chamam de “processo Darwiniano vago” sobre um suposto mecanismo de seleção, adaptação e sobrevivência que garantiria que instituições “inferiores” fossem recorrentemente eliminadas em benefício da permanência das “superiores”.

De acordo com O’Driscoll Junior e Rizzo ([1985] 1996, p. 40), tal visão desconsidera o fenômeno da “indivisibilidade”, por meio do qual certas instituições podem estar “combinadas” com outras, de modo que a eliminação das últimas pode implicar a das primeiras. Claramente, esse argumento se aplica à observação de Lachmann (1963, p. 67-68) sobre a impossibilidade de se observar uma adequação de uma instituição neutra a partir de um “critério claro e inequívoco” sobre as “exigências do mercado”.

¹⁰ Os autores não dizem exatamente a qual trecho do Volume I do livro “*Law, Legislation and Liberty*” de Hayek, publicado em 1973, se referem, apenas reprovando a associação entre rotinas de ação e adaptação ao ambiente como a explicação para todos os casos de formação de instituições.

De volta aos escritos de Lachmann sobre as propriedades antagônicas de “permanência” e “flexibilidade” das instituições, defende-se aqui que a primeira é responsável pela coordenação entre planos orientados pelas mesmas instituições, enquanto a última impede que eles possam se manter coordenados indefinidamente.

Já o quarto e mais alto nível de coerência entre planos, a ordem¹¹ econômica, é considerado o mais permanente, já que é definido pela capacidade de as instituições fundamentais de uma sociedade servirem de pontos comuns de orientação para os indivíduos, ainda que as instituições secundárias sofram transformações.

No caso, a interpretação aqui defendida para o esquema conceitual desenvolvido por Lachmann necessita da suposição de que uma ordem econômica bem identificada constitui uma espécie de estado “normal” do processo de mercado, pois, na maior parte do tempo, as instituições fundamentais se mantêm intactas, enquanto as secundárias são constantemente testadas de acordo com sua adequação umas com as outras e com as fundamentais.

No entanto, mesmo as instituições fundamentais podem ser extintas ou transformadas pelos movimentos das secundárias. De acordo com Lachmann (1971a, p. 82-83), “é sempre possível que a lenta evolução de algumas instituições (...) gradualmente leve ao que podemos chamar de ‘deformação do espaço social’”, de forma que “a coerência e a permanência da ordem social existente venham a ser comprometidas”.

No caso específico da Bolsa de Valores, observa-se um exemplo típico de instituição secundária que se encaixa nas lacunas deixadas pelas instituições fundamentais da ordem vigente, uma vez que, ao estabelecer uma coordenação entre expectativas divergentes de agentes otimistas (*bulls*) e pessimistas (*bears*), ela coordena planos de diferentes indivíduos, mas não no sentido de que promover

¹¹ O termo “ordem” é usado por Lachmann de forma que permite o entendimento de algo mais amplo que a ordem “espontânea” descrita por Hayek ([1968] 2002, p. 14), por exemplo. Lachmann não se limita a descrever a ordem como o resultado não intencional de ações individuais, como são as instituições internas. Instituições fundamentais (externas), como a propriedade privada, podem ser consideradas como deliberadamente criadas, apesar de Lachmann não entrar nesse mérito. No “*The Legacy of Max Weber*”, Lachmann (1971a) mostra algumas ressalvas à explicação baseada em instituições apenas “orgânicas”, à *la* Carl Menger, por dar brechas a um estilo de pensamento determinístico e notou que essa era justamente a ressalva de Weber. Tal distanciamento em relação a Menger permite visualizar algo semelhante em relação à ordem “espontânea” de Hayek, mas isso também nunca foi explicitamente enunciado por Lachmann.

a aproximação a um estado em que nenhum deles seja frustrado. Ao contrário, a contínua revisão de planos é da própria essência do contínuo funcionamento da Bolsa de Valores, sendo a permanência da divergência de expectativas entre os dois mencionados grupos uma condição para isso.

Expectations always differ between men. In a market economy there is a central market for shares in capital combinations, the Stock Exchange, in which the prices of these shares, governed by a balance of expectations between 'bulls' and 'bears', is fixed anew every day. As this balance of expectations tilts from day to day, so do prices (Lachmann, 1973, p. 52).

Por sua vez, no caso das instituições associadas à “inflexibilidade para baixo dos salários monetários”, citadas por Lachmann (1962; 1963), exemplifica-se o modo como uma instituição secundária pode, a partir de seu efeito sobre as fundamentais, mudar a ordem até então identificada como “economia de mercado”, isto é, o quarto nível de coerência entre planos. Sobre tal possibilidade, destaca-se o modo como Lachmann (1963, p. 77) lamenta que o próprio reconhecimento de se viver uma “época de progresso jamais sonhado” faça com que se criem “demandas utópicas”, concretizadas na criação de instituições contrárias “à continuidade da ordem econômica que torna possível esse progresso”¹².

Em suma, os quatro níveis de análise de coerência entre planos são equilíbrio individual, equilíbrio interindividual, coordenação e ordem. O equilíbrio individual se refere à situação em que um indivíduo consegue atingir o objetivo previamente estabelecido em seus planos, independentemente do que ocorre com os planos de outros indivíduos. O equilíbrio interindividual se refere à situação em que nenhum dos planos de qualquer indivíduo em determinado mercado precisa ser revisado em decorrência da realização dos demais, isto é, nenhum plano tem seu sucesso condicionado ao fracasso de qualquer outro.

¹² Nesse exemplo, Lachmann não dá detalhes de como tais instituições poderiam prejudicar a continuidade da ordem econômica identificada como “economia de mercado” e fundamentada na propriedade privada. Nesse sentido, é possível imaginar uma explicação sobre a dinâmica do intervencionismo, à la Mises (1977, pp. 105-106), sobre como os entraves institucionais à livre negociação salarial causaria efeitos como desemprego ou inflação, que demandariam novas intervenções, como controle de preços, até um ponto que o próprio conceito de “propriedade privada” deixe de fazer sentido e todos os bens de capital passem a ser propriedade do Estado, completando a transição da economia de mercado para uma economia socialista.

A coordenação se refere a um cenário em que uma instituição se mantém como o ponto de orientação para planos de diferentes indivíduos, ainda que, ao longo do tempo, alguns desses planos sejam frustrados. O importante, no caso, é que mesmo os planos frustrados continuem a ser orientados pela mesma instituição em questão, sendo a Bolsa de Valores o exemplo mais citado nos escritos de Lachmann. Por fim, a visualização da ordem pressupõe a permanência das instituições fundamentais, mais permanentes, para o funcionamento normal de uma sociedade, ainda que as instituições secundárias, mais flexíveis, deixem de existir ou passem a desempenhar outras funções.

5. Considerações finais

No presente ensaio, a divisão das três seções em ordem temática e temporal permite a visualização da evolução do pensamento de Lachmann entre as décadas de 1930 e 1970 no que diz respeito à coerência do sistema econômico como um todo e à suposta tendência sistemática ao equilíbrio interindividual, em particular.

Em sua teoria do capital, desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1950, Lachmann claramente manifesta sua crença nas forças que promovem uma tendência ao equilíbrio interindividual, mas não deixava de reconhecer que os problemas no ajuste a mudanças podem desencadear outras mudanças, seja por atraso na transmissão de informações ou devido ao efeito sobre as expectativas.

Os problemas em questão refletem a preocupação de Lachmann com o problema das expectativas divergentes no contexto de que os agentes responsáveis pela formulação de planos envolvendo o emprego dos bens de capital, isto é, os empresários, não têm suas decisões determinadas pelos registros exatos de lucro e perda passados.

Como tais registros devem passar pelo “filtro da mente” do empresário, que pode imaginar um futuro diferente do presente, e, em seu caráter de especulador, busca se antecipar a decisões de outros empresários, não há garantia de que o futuro será igual ao passado, de modo que os planos que geraram lucros no passado não necessariamente continuarão a gerar no futuro.

Da mesma forma, como a substituição de um bem de capital “destrói um conjunto de complementaridade e cria outro”, há a possibilidade de o ajuste ao novo conjunto não ocorrer antes de novas substituições surgirem e de a própria

expectativa sobre mudanças nessas relações de complementaridade e substitutibilidade gerar novas mudanças.

Mesmo assim, como Lachmann ainda acreditava que o sistema de lucros e perdas promovia uma tendência sistemática à complementaridade completa da estrutura do capital, o que corresponde a um equilíbrio entre planos de produção, sua teoria institucional pode ser considerada como uma tentativa de resolver as ambiguidades sobre mudança e coerência na teoria do capital.

Até o “*Capital and its Structure*”, publicado em 1956, Lachmann desenvolvia sua análise dos efeitos das interações entre planos individuais sem referência às instituições. Naquele livro, o autor menciona pela primeira vez as instituições “criadas” pelo mercado, como forma de justificar a coerência, isto é, a tendência ao equilíbrio. Já na década de 1960, as interações entre diferentes tipos de instituições, principalmente as neutras (mistas) são descritas como possível fonte de perturbação na antes dada como certa coerência da ordem econômica.

Com a distinção entre instituições fundamentais e secundárias no livro “*The Legacy of Max Weber*”, publicado em 1971, Lachmann consolida a conciliação entre mudança e coerência, buscada, pelo menos, desde o livro de 1956, em que as instituições são mencionadas de forma mais genérica.

No livro de 1971, Lachmann recorre a um esquema semelhante ao da estrutura do capital, com diferentes graus de flexibilidade ou versatilidade entre seus elementos, mas, no caso da teoria institucional, não precisou mais considerar uma tendência sistemática a um hipotético estado de perfeito ajuste entre tais elementos, que era a complementaridade completa na teoria do capital. Na teoria institucional, a garantia da ordem é propiciada por um elemento externo, as instituições fundamentais, enquanto, na teoria do capital, a tendência à integração é associada ao funcionamento do sistema de lucros e perdas, que derivam dos próprios desajustes que deveriam eliminar.

A partir do reconhecimento da importância das instituições na economia, Lachmann pôde deslocar o fundamento da análise do funcionamento do processo de mercado, anteriormente centrado nos esquemas de pensamento de primeira ordem, isto é, os planos, para os esquemas de pensamento de segunda ordem, isto é, as instituições. Como a referida segunda ordem tem dois níveis distintos (instituições secundárias e fundamentais), os níveis de análise de coerência de planos individuais puderam ser estendidos dos dois mais básicos (equilíbrio

individual e interindividual) para outros dois mais complexos (coordenação e ordem).

Assim, a identificação dos quatro hipotéticos níveis de coerência implícitos nos escritos de Lachmann a partir da década de 1960 é importante para entender sua diferenciação em relação a padrão da Escola Austríaca até então, notadamente em relação ao segundo nível, o do equilíbrio interindividual, a cuja concretização era atribuída uma tendência sistemática.

Referências

BARBIERI, F. Lachmann and the Uses of Capital Theory. *Revista Processos de Mercado*, p. 281-306, 2021b.

BARBIERI, F. Lachmann's transformation. *The Review of Austrian Economics*, p. 1-23, 2021a.

EGGER, J. B. A Sympathetic Critic of the Austrian Business-Cycle Theory, 1986. In: KIRZNER, I. M. (Ed.). *Subjectivism, intelligibility and economic understanding: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his eightieth birthday*. New York: New York University Press, 1986.

HAYEK, F. A. Competition as a discovery procedure [1968]. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, v. 5, n. 3, p. 9-23, 2002.

HAYEK, F. A. *Prices and Production* [1931]. New York: Augustus M. Kelly, Publishers, 1967.

KIRZNER, I. M. *Competition and entrepreneurship*. Chicago: University of Chicago press, 1973.

KIRZNER, I. M. *Market theory and the price system*. London: D. Van Nostrand Company, Ltd., 1963.

LACHMANN, L. M. Ludwig von Mises and the Market Process, 1971b. In: LACHMANN, L. M. *Capital, expectations, and the market process*. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977.

LACHMANN, L. M. *Capital and its Structure* [1956]. Kansas City: Sheed Andrews And McMeel, 1978.

LACHMANN, L. M. Complementarity and Substitution in the Theory of Capital. *Economica*, v. 14, n. 54, p. 108-119, 1947.

LACHMANN, L. M. Cost inflation and economic institutions. *South African Journal of Economics*, v. 30, n. 3, p. 177-186, 1962.

LACHMANN, L. M. Investment repercussions, 1948. In: LAVOIE, Don (Ed.). *Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics*. London/New York: Routledge, 1994.

LACHMANN, L. M. On the central concept of Austrian economics: Market process, 1976. In: DOLAN, E. G. *The Foundations of Modern Austrian Economics*. Mission: Institute for Humane Studies, 1976.

LACHMANN, L. M. Preiserwartungen und intertemporales Gleichgewicht. *Zeitschrift für Nationalökonomie/Journal of Economics*, p. 33-46, 1937.

LACHMANN, L. M. Sir John Hicks as a Neo-Austrian, 1973. In: LACHMANN, L. M. *Capital, expectations, and the market process*. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977.

LACHMANN, L. M. Sir John Hicks on Capital and Growth, 1966b. In: LACHMANN, L. M. *Capital, expectations, and the market process*. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977.

LACHMANN, L. M. *The Legacy of Max Weber*. Berkeley: Glendessary Press, 1971a.

LACHMANN, L. M. The significance of the Austrian school of economics in the history of ideas, 1966a. In: LACHMANN, L. M. *Capital, expectations, and the market process*. Menlo Park: Institute for Human Studies, 1977.

LACHMANN, L. M. Wirtschaftsordnung und wirtschaftliche Institutionen. *ORDO: Jahrbuch für die Ordnung von Wirtschaft und Gesellschaft*, v. 14, p. 63-77, 1963.

LAVOIE, D. (Ed.). *Expectations and the meaning of institutions: Essays in economics*. London/New York: Routledge, 1994.

LEWIN, P. Knowledge, expectations, and capital. The economics of Ludwig M. Lachmann: attempting a new perspective. *Advances in Austrian Economics*, v. 1, p. 233-256, 1994.

MISES, L.V. *A Critique of Interventionism*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1977.

O'DRISCOLL JUNIOR, G. P.; RIZZO, M. J. *The economics of time and ignorance* [1985]. London/New York: Routledge, 1996.

VAUGHN, K. I. *Austrian economics in America: The migration of a tradition* [1994]. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

VAUGHN, K. I. The problem of order in Austrian economics: Kirzner vs. Lachmann. *Review of Political Economy*, v. 4, n. 3, p. 251-274, 1992.